



VÍDEO

“Ele [Senna] comentou comigo que vocês dois iam dividir [o salário]”.

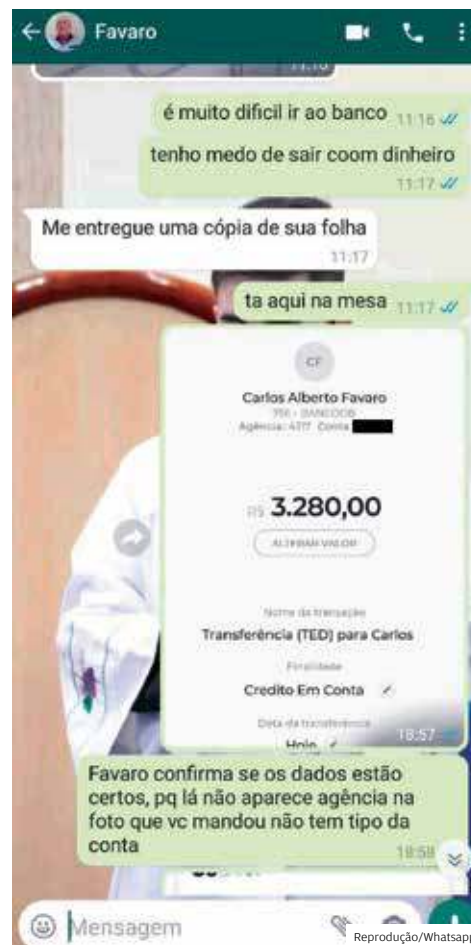
Carlos Alberto Fávaro
‘Número 3’ do gabinete de Leticia Aguiar, em conversa gravada por assessor

REPRESENTAÇÃO

Denúncia ao MP foi feita há 11 meses e cita ‘laranjas’ e ‘fantasmas’

ORIGEM. A denúncia sobre supostas irregularidades no gabinete de Leticia Aguiar foi feita ao Ministério Público de São José dos Campos em novembro de 2020, por um filiado do PSDB que trabalha na Prefeitura. Segundo a acusação, supostos laranjas teriam sido nomeados no ano passado para substituir cinco assessores de Leticia que haviam sido exonerados para disputar as eleições municipais na região – Anderson Senna foi candidato a prefeito de São José e Carlos Alberto Fávaro concorreu à Câmara, por exemplo, ambos pelo PSL. A denúncia apontou ainda que, mesmo em horário de expediente, os substitutos atuavam na campanha dos antigos funcionários, que teriam continuado a receber os salários indiretamente. A acusação diz também que os substitutos eram pessoas sem experiência nas funções. Três deles, por exemplo, tinham idades entre 63 e 72 anos. Após o pleito municipal, no qual nenhum deles foi eleito, Senna, Fávaro e um terceiro assessor retornaram para o gabinete da deputada na Assembleia Legislativa. ■

QR Code. Provas de inquérito sobre ‘rachadinhas’ -- parte 1



PROVAS DA RACHADINHA

Provas reunidas por ex-assessores e entregues ao MP reforçam a suspeita de esquema de rachadinha no gabinete de Leticia Aguiar

Provas reunidas por ex-assessores e entregues ao Ministério Público reforçaram a suspeita da existência de um esquema de rachadinha no gabinete da deputada estadual Leticia Aguiar (PSL).

Entre essas provas, às quais **OVALE** teve acesso, estão conversas gravadas em vídeo e em áudio e também trocas de mensagens pelo WhatsApp.

Os diálogos apontam que os assessores repassavam até 80% dos salários para o chefe de gabinete, Anderson Senna, e para o assessor especial parlamentar Carlos Alberto Fávaro, que é o terceiro na hierarquia do gabinete – atrás apenas de Leticia e de Senna.

Um dos materiais é um vídeo gravado no escritório regional da deputada, em São José dos Campos, no dia 21 de fevereiro de 2021, 11 dias após o MP instaurar inquérito para apurar o caso. O vídeo foi gravado por J.P., um assessor que havia ingressado no gabinete em janeiro. Ele recebia salário bruto de R\$ 5.236,43 – o líquido era de



Alvo. A deputada estadual Leticia Aguiar, do PSL

QR Code. Provas de inquérito sobre ‘rachadinhas’ -- parte 2



R\$ 4.110,58, além de vale-alimentação (R\$ 631 depositados com o salário) e vale-refeição (um cartão com R\$ 1.048).

Na conversa com Fávaro, J.P. diz que Senna havia combinado que o funcionário poderia ficar com R\$ 2.000 do salário líquido e com os dois benefícios – ou seja, ele repassaria R\$ 2.110,58 ao chefe de gabinete. No mês seguinte, Senna teria mudado o cálculo e dito que os R\$ 2.000 a que o assessor teria direito já incluíam o valor do vale-alimentação.

No diálogo, Fávaro se oferece para conversar com Senna sobre o problema. “Ele [Senna] comentou comigo que vocês dois iam dividir [o salário]”, diz o assessor especial, que também demonstra preocupação com a investigação da Promotoria. “Se precisar converso com todos vocês a respeito, aí é uma decisão da deputada e do Senna, e eu também quero chegar num ponto para eu sentar com o Senna, quero ver se eu tenho que ficar preocupado”.